

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP

**A REVISTA VEJA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA:
DISCURSO E LIDERANÇA POLÍTICA**

Tathiana Chicarino¹

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo a compreensão da relação entre mídia e liderança política durante a transição democrática brasileira, para tanto, analisaremos o discurso político-midiático expressado pela revista *Veja* entre os anos de 1974 e 1985, tendo como orientação duas premissas derivadas do estudo de Manin (1995) a primeira é a centralidade dos canais de comunicação na relação de representação, e, a segunda, é a tendência à personalização do poder. A hipótese a ser testada é a de que a *Veja* não é simplesmente uma das maiores e mais expressivas mídias da época, mas é, sobretudo, um relevante ator capaz de produzir intencionalmente uma agenda acerca da transição, mais especificamente, no que se refere às lideranças políticas, tratando-as de modo compatível aos aspectos ideológicos e valorativos do projeto político a qual se filia.

PALAVRAS-CHAVE: liderança política; discurso-político; transição.

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente pesquisa, ainda em andamento, é compreender como a revista *Veja* aborda em seu discurso político-midiático as diferentes lideranças políticas da transição brasileira ocorrida entre 1974 e 1985, um fenômeno político que marca a passagem de um regime autoritário para um modelo democrático de escolha e de participação. E, embora o Brasil tenha iniciado sua trajetória democrática tardiamente e com longas interrupções, é possível estabelecer um paralelo destes anos com a tipologia proposta por Bernard Manin (1995) sobre representação democrática.

¹PUC-SP, tathianasennechicarino@yahoo.com.br, Mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde participa como pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, cultura política, democracia, liderança política e ciberpolítica. Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (2010).

A partir dos anos 70, verificou-se uma significativa variação na postura dos eleitores que começaram a votar cada vez mais no candidato e não no partido, segundo Manin (1995) a *democracia de público* possui essa característica, a da pessoalidade da representação, aproximando-se cada vez mais da *democracia parlamentarista* da segunda metade do século XIX e se afastando da *democracia de partido* que ocorreu paralelamente à ampliação do sufrágio.

Embora, no Brasil essa linearidade temporal não tenha ocorrido integralmente, podemos sugerir que as duas causas presentes na mudança da *democracia de partido* para a *democracia de público* relatada por Manin (1995) já estavam presentes na transição brasileira, a primeira é a centralidade dos canais de comunicação na relação entre representantes e representados, e, a segunda, é a ênfase dada à individualidade dos políticos; essa tendência à personalização do poder, não significa que os partidos tenham perdido a importância, mas sim que tendem a se tornar instrumentos a serviço das lideranças.

Desta forma, teremos as duas causas citadas por Manin (1995) como premissas desta pesquisa que visa compreender a relação entre a mídia, as lideranças políticas e as mudanças sociopolíticas ocorridas durante a transição democrática pelo discurso político-midiático (o conteúdo impresso) difundido pela Revista *Veja* entre 1974 e 1985. A revista *Veja* já foi objeto de análise em *Iniciação Científica*² com a hipótese de que formulava sua agenda em conformidade, tanto com as aspirações de setores da sociedade civil, quanto com as medidas liberalizantes implementadas pelo governo militar. Concluímos a pesquisa com a validade da hipótese apresentada, mas também com uma nova questão de trabalho: a revista *Veja* trabalhava um enquadramento diferenciado a cada ator político (individual ou coletivo), o enquadramento permite a atuação nos processos de construção de sentido pela priorização de determinadas interpretações da realidade política através da organização de ideias e pensamentos a partir de um objetivo específico (PORTO, 1998).

Desta forma, a hipótese que testaremos ao longo da pesquisa é a de que quando o discurso político-midiático da revista *Veja* aborda as lideranças políticas tratam-nas de forma diferenciada com um posicionamento intencionalmente em consonância com o seu projeto político, que além de ser um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, também orienta a ação política (DAGNINO, 2004, p.98). É desta forma que enxergamos o discurso político, como uma forma de ação política, que no caso da

² Iniciação Científica com bolsa da FESPSP e FAPESP.

revista *Veja*, se faz por uma aparente coerência entre o enquadramento empregado a cada liderança e o seu projeto político.

A introdução desse argumento tem a intenção de indicar que a *Veja* é capaz de produzir uma agenda acerca da transição, delimitando o léxico do receptor e influenciando a sua maneira de perceber o fenômeno político, desta forma, a revista se posiciona como um ator político, pois, busca passar a sua “visão de mundo” aos leitores, e também marcar sua posição num campo de disputas de poder.

O trabalho de Iniciação Científica nos trouxe evidências de que a revista *Veja* trabalhava um enquadramento diferenciado a cada liderança política, portanto, uma das premissas derivadas do estudo de Manin (1995) já se faz presente, qual seja a personalização do poder. Já a premissa da centralidade da mídia na relação de representação, pode ser confirmada por Duarte (1987) que constatou que o projeto de distensão idealizado por Geisel enxergava na liberalização da imprensa uma etapa necessária, e também um meio de divulgação de seu projeto junto à opinião nacional (DUARTE, 1987, p.68), os militares constataram que a transição para a democracia era o único caminho para a sobrevivência do sistema, desta forma, o abrandamento da censura à imprensa era uma concreta estratégia nessa direção enquanto elemento de integração política.

Logo, apresenta-se ao ator político – *Veja* – um contexto histórico e político favorável, pois, além da imprensa ocupar um papel central dentro do projeto político de distensão como emissor, também o fazia como interlocutor, pela grande afinidade de ideais e objetivos. A sustentar esta afirmação apresentamos uma declaração de Augusto Nunes, redator-chefe da revista em 1983, preservada pelo Departamento de Documentação Histórica da Editora Abril/Dedoc, com o título “MEMÓRIA - REVISTA – VEJA” de 1986 ³, “[...] quando o presidente Ernesto Geisel iniciou o processo de distensão, a revista acreditou que aquele projeto era correto para o país naquele momento. Foi, portanto uma opção editorial. *Veja* defendeu a linha da distensão adotada por Geisel [...]. Frontalmente contrária à censura, à tortura, às convulsões sociais, a movimentos armados e que defende entre outros, o direito da propriedade, a ordem pública, as eleições diretas. Enfim, uma posição realista frente às circunstâncias”.

Além disso, no editorial nº 523 de 13 de setembro de 1978, o fundador da Editora Abril, Victor Civita, escreve estar consciente do papel de influenciador da opinião pública nacional e descreve a liberalização do regime militar como um momento de metamorfose, tanto do regime, quanto das relações entre os diversos

³ Documento cedido à pesquisadora pela Editora Abril e que será citado no corpo do texto pela referência MRV.

setores da sociedade, essa mudança levará a sociedade brasileira, indubitavelmente, à institucionalização democrática, o apoio ao processo de transição idealizado por Geisel é explícito, assim como a forma de sua execução “sem risco de ruptura”.

Ao conduzir tanto a liberalização quanto a sucessão presidencial, os militares procuravam alijar as massas das decisões políticas e colocar novamente no domínio político a elite, o projeto de distensão é, portanto, uma “revolução pelo alto”, uma solução conciliatória que prioriza a ordem, rejeita o conflito e desta maneira mantém o *status quo*; é esse conceito, ou essa ação política que *Veja* apoia e concorda e é por esse viés que desenvolverá seu próprio projeto político e conduzirá o enquadramento das lideranças políticas.

Os elementos encontrados nos dois projetos políticos são formadores da cultura política brasileira (como veremos no decorrer do texto), e, o aprofundamento das especificidades da transição através da dinâmica de uma prática discursiva pode nos ajudar a compreender essas conexões por se tratar de um momento crítico da história brasileira, onde as ideologias estão latentes e as relações de poder revolvidas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta revisão bibliográfica se dedicará a três áreas de estudos, sendo elas:

1. A transição: seção destinada ao estudo dos antecedentes e desdobramentos da transição brasileira ocorrida entre 1974 e 1985, incluindo o processo de deslegitimação do regime; o reavivamento da sociedade civil através da organização dos interesses e da ampliação da participação; e as teorias autoritárias e democráticas, que servirão como suporte.

2. Mídia e Política: na segunda parte faremos um aprofundamento da história e do projeto político da revista *Veja* e sua relevância no cenário midiático e político; o estudo das teorias sobre mídia e política, e a influência que um meio de comunicação pode exercer na esfera e opinião públicas.

3. As lideranças políticas: na última parte nos dedicaremos ao estudo das lideranças políticas, revendo teorias sobre liderança como as de Max Weber (1968), Maquiavel (1976) entre outros, destacando que há uma carência de reflexões acadêmicas que sistematizem o conceito de liderança política e, portanto, o nosso projeto incorpora também esse objetivo; localizando cada liderança em seu tempo, fazendo a conexão entre o ator (sua ação e sua biografia) e a história; além do estudo sobre lideranças, daremos atenção à bibliografia sobre cultura política, pela sua importância na compreensão tanto do líder quanto do projeto político.

Primeiramente, trataremos da época em que nosso objeto está inserido, na tentativa de remontar o fato histórico, passando por seus componentes ou

singularidades, pois, tanto a mídia quanto as lideranças políticas não podem ser entendidas de forma isolada em nosso desenho de pesquisa, a mesma lógica se aplicará às áreas 2. e 3.; os conceitos de poder e de discurso político serão trabalhados no decorrer da pesquisa, pois estão associados a vários conceitos acima expostos.

1 A transição

Em busca de um melhor entendimento acerca do contexto histórico vivido entre 1974 e 1985, é necessário destacar os aspectos fundamentais na constituição do processo político conhecido como transição, que é a passagem do regime militar para a democracia.

Após um período turbulento de democracia, de 1946 a 1964, dá-se a deposição do presidente João Goulart, situação ocorrida, para alguns cientistas políticos, como Samuel Huntington (1988) e Fernando Henrique Cardoso (1970), em decorrência do processo de modernização tardia nos países de capitalismo dependente, primeiro viria a democracia e depois, dada a ineficiente resposta às demandas das massas, a ditadura, essa explicação estrutural faz dos atores, agentes impotentes no processo.

Outros dirão como Juan J. Linz (1999), baseado numa perspectiva orientada para o ator, que o autoritarismo se instalou pela inabilidade das elites em resolver os conflitos pela via institucional, gerando uma atmosfera de polarização e radicalismo, interrompida pelo golpe militar.

Passados dez anos de regime autoritário, inicia-se a sua liberalização⁴ durante a vigência do mandato de Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral. De acordo com Linz (1999), a *detente* ou a descompressão não possuía prazos ou metas, e os militares, especialmente Golbery do Couto e Silva, utilizarão seus poderes de exceção para manipular as regras do jogo eleitoral e controlar a abertura, levando o processo de liberalização do regime para a via eleitoral.

Não obstante, nas eleições de 1974, a oposição teve um desempenho surpreendente, atribuindo um cunho plebiscitário ao pleito (LINZ,1999), o MDB conquista 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado, como nos disse Lamounier (1988), a fase repressiva do regime foi aos poucos sendo desfeita pelo caminho da política.

A resposta dos militares ao período de inflexão alcançado pela oposição não tardou a chegar, entre elas a “Lei Falcão” de 1976, o voto vinculado e o “Pacote de

⁴ J.A. Moisés faz uma reflexão sobre processos de liberalização como uma medida de Estados não-democráticos em resolver crises cíclicas, dando à sociedade civil maior participação política, mas não equivale à democracia.

Abril” de 1977 que gerou os famosos “senadores biônicos”, mas, ainda assim o MDB obteve excelentes resultados eleitorais reforçando a ideia de que o voto popular é um eficaz termômetro do grau de legitimidade ou de contestação de um regime político.

Outra consequência das eleições de 1974 foi o acirramento entre os “linha-dura” e os “castelistas”, ou moderados, (embora as divisões entre os militares não sejam tão dicotômicas como a apresentada) com o surgimento da desafiadora candidatura do general Sylvio Frota à presidência. Mais uma rachadura foi imposta ao regime, contudo, a escolha de Geisel ainda foi mantida, mostrando que este ainda podia controlar os militares, ao menos na questão da sucessão.

O próximo presidente, o general Figueiredo, deu continuidade à estratégia de descompressão gradual e controlada, nas palavras de Gaspari (2003), do “sacerdote” – Geisel, e do “feiticeiro” – Golbery. Este último continuou como chefe da Casa Civil, pois, se a um passo “Geisel intervinha na maior parte das tomadas de decisão, Figueiredo delegava” (SKIDMORE, 2004), portanto a lógica foi mantida e ações foram tomadas nesse sentido, como com a extinção do AI-5 e a implementação da Lei de Anistia. O próximo passo era acabar com o bipartidarismo, na expectativa de que provocasse a fragmentação da oposição, mas, o resultado não foi o esperado, pois, em face disso surgiram fortes partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), um partido gestado na Igreja, na intelectualidade e no sindicalismo; o PDT (Partido Democrático Trabalhista) fundado por Leonel Brizola; e, o breve PP (Partido Popular) de Tancredo Neves, que posteriormente retorna ao PMDB, antes MDB; a Arena é substituída pelo PDS. E já em 1982 foi possível comprovar essa força, pois a oposição conquistou estados importantes como: São Paulo por Franco Montoro, Rio de Janeiro por Brizola e Minas Gerais por Tancredo Neves.

Apesar do reavivamento da oposição, a permanência funcional da sucessão presidencial ainda era intenção dos militares, e ela não contemplava com o possível retorno à democracia representativa, a oposição no poder. Então, diante de um ambiente de crescimento da participação da sociedade civil e de afloramento da opinião pública, o sucessor para o pleito de 1985 é escolhido nas prévias no partido, uma tentativa de dar um caráter democrático ao processo, contudo, a escolha de Paulo Maluf ao invés de unir, provoca um racha no PDS.

Insatisfeito, Aureliano Chaves o vice-presidente em exercício, forma com outros dissidentes do PDS a Frente Liberal, e, posteriormente, fazem uma aliança com o PMDB formando a Aliança Democrática, que teria como já era esperado, Tancredo Neves, como candidato à presidência, e à vice José Sarney, ex-presidente da Executiva Nacional da Arena.

O processo de deslegitimação do regime militar era multicausal, havia o crescimento da oposição, as discordâncias entre as facções internas, a instabilidade econômica agravada no início da década de 1980 e o contexto de redemocratização dos países latino-americanos, essa conjuntura favorável num campo de disputas em reconfiguração propiciou o surgimento da simbólica Campanha pelas Diretas Já!, uma das manifestações mais emblemáticas da opinião pública, amplamente valorizada e propagada pela mídia.

Nas Diretas Já! vários grupos se uniram em torno de uma bandeira, permitindo a formação de um discurso único, e, como foi dito por Manin (1995) propiciou a identificação tanto com a causa, quanto entre representante e representados, no caso brasileiro entre o que simbolizava Tancredo Neves e a expectativa do eleitorado.

Apesar disso, a emenda Dante de Oliveira⁵ não foi aprovada por uma pequena margem de diferença, uma derrota legislativa, mas não uma ausência de impacto político (BERTONCELO, 2007), pois o que poderia ser um empecilho para Tancredo, tornou-se uma vantagem em relação a Paulo Maluf, que recebia significativa reprovação popular e política.

A pressão pró-Tancredo continuaria mesmo que indiretamente, pois os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados em sua candidatura, e isto foi preponderante na formação de sua imagem, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral. Foi o coroamento de uma distensão lenta, gradual e segura, conseguida com a articulação de dissidências liberais, conservadoras e com as forças populares, contudo, o Brasil consolida o seu processo de redemocratização, não com a posse deste, mas de seu vice, José Sarney.

Diante do exposto, temos “dois grandes grupos de pressão” formando a oposição ao regime militar: as elites e os novos movimentos sociais. O primeiro grupo será ressaltado por alguns autores num contexto de pacto entre elites, como para Przeworski (1997) que vê a liberalização como uma solução de compromisso entre os liberais do interior do regime e os moderados de fora, permitindo que a transição fosse um sucesso por estar imersa na “moderação”.

Bresser-Pereira (2003) afirma que não foi a pressão estudantil, dos trabalhadores ou dos intelectuais que abalou o regime autoritário, já que eles nunca estiveram ao lado do governo, mas foi a burguesia insatisfeita, procurando uma hegemonia política, considerando que já haviam conquistado a econômica. É ela que

⁵ Para tanto seriam necessários dois terços dos votos da Câmara e do Senado, e o PDS, partido da situação, ainda possuía quase metade das cadeiras na Câmara dos Deputados e mais da metade no Senado.

dá a base política para o projeto de redemocratização (e por isso a classificamos como uma liderança política) que reúne todos os setores da sociedade civil brasileira – trabalhadores, camadas médias tecnoburocráticas, estudantes, Igreja.

Apesar de concordamos que a transição democrática foi amplamente negociada, não podemos deixar de analisar a perspectiva do segundo “grupo de pressão”, os movimentos sociais e populares, Przeworski (1989) dirá que os movimentos sociais, ou organizações autônomas da sociedade civil, surgem quando, em um dado estado de repressão, este diminui por razões diversas, como ocorreu com o expressivo “novo sindicalismo” das cidades no entorno de São Paulo. Eles lutavam não só pelo fim do autoritarismo, mas também pela reformulação do sistema corporativo da estrutura legal das relações trabalhistas através de um meio de luta: as grandes greves. Havia também a Igreja Católica que além de pressionar o governo pela volta da democracia e pelo fim das torturas, trabalhava fortemente junto à população carente, nas Comunidades Eclesiais de Base, estimulando a cobrança de investimentos e melhorias do Estado em suas comunidades, movimento inspirado na Teologia da Libertação latino-americana.

Se para o “grupo de pressão” das elites a bandeira se resumia à concepção de cidadania política europeia da metade do século XIX, com a ampliação constante do sufrágio, para os movimentos sociais o debate deveria ser maior do que o voto, ele deveria ser um projeto político democratizante (DAGNINO, 2004) de toda a sociedade, pela busca da ampliação da cidadania, ou a chamada *nova cidadania*, e por uma efetiva inserção política e social.

2 Mídia e Política

O ator político – revista *Veja* – além de situar-se num contexto histórico e político favorável, como divulgador do projeto político *geiseliano* de integração política (DUARTE, 1987, p.68), possui outras características que nos permite afirmar sua centralidade tanto no meio político, como no meio midiático, como veremos a seguir.

Lançada no dia 10 de setembro de 1968, a revista tinha o objetivo de fornecer aos leitores uma seleção breve e ordenada dos principais acontecimentos da semana em todas as áreas do conhecimento, costurando-os interpretativamente⁶. Mino Carta, seu primeiro editor, permanece no cargo até 1976, e, sua saída, um tanto controversa, apresenta duas versões: (a) Mino Carta, em seu blog, diz ter saído por causa de uma

⁶ O embasamento teórico desta seção tem como principais fontes a bibliografia relacionada ao tema, um documento histórico composto por seis pastas cedido pelo Departamento de Documentação Histórica da Editora Abril/Dedoc, com o título: “MEMÓRIA - REVISTA - VEJA”, e o editorial de número 523 publicado em comemoração ao aniversário de dez anos da Revista *Veja* no dia 13 de setembro de 1978, e o relatório final de Iniciação Científica entregue à FAPESP.

chantagem feita pelo ministro da Justiça Armando Falcão, era a saída do jornalista em troca de um empréstimo de 50 milhões de dólares da Caixa Econômica Federal, então, preferiu ele mesmo pedir demissão. (b) A versão da Editora Abril (MRV) é a de que Mino Carta havia se tornado um jornalista político, não queria dar espaço às reportagens que elogiavam o “milagre econômico” ocorrido nos anos de regime militar, somente às matérias sobre torturas e perseguições políticas.

Se por um lado o projeto editorial de *Veja* muda com a saída de Mino Carta, por outro, ela passa a ser muito rentável, de acordo com os dados do IVC (Instituto de Verificação de Circulação), é possível afirmar que *Veja* manteve um crescimento sistemático, acima da *Manchete* e da *Isto É*, e o enquadramento utilizado por *Veja* é em parte responsável por seu sucesso, pois objetiva-se atender a um leitor que quer a última novidade. A produção das notícias segue uma metodologia autointitulada “funil”, uma padronização das informações que gera conteúdos homogêneos e “pasteurizados”, ou seja, pouco complexos, atendendo a uma pretensa necessidade de economizar tempo.

Há uma significativa aproximação entre este tipo de produção de notícias, ou enquadramento, e a cultura política – o imaginário social acerca das relações de poder –, o enquadramento serviria como um organizador de ideias, fazendo com que determinada interpretação prevaleça perante outras, por exemplo, quando *Veja* monopoliza motes como ordem, conciliação e moderação; se acrescentarmos a essa tese os resultados sobre o perfil do leitor de *Veja*, pessoas que a revista julgava serem os formadores de opinião, e que teriam um reconhecido poder de decisão sobre os rumos da nação, veremos que o seu discurso é destinado a determinados setores da sociedade brasileira.

No ano de 1983 (MRV), a Marplan realizou uma pesquisa em oito capitais brasileiras, onde existiam 18 milhões e 800 mil consumidores, homens e mulheres, na faixa de 16 a 65 anos, 58% deles leitores de revistas em geral. Nessas oito capitais, *Veja* contava com 2,5 milhões de leitores, 94% dos líderes pesquisados liam *Veja* regularmente, sendo que 67% apontaram-na como sua revista preferida, contudo esse número pode ser superestimado se considerarmos que cada exemplar era lido, em média, por quatro leitores, podendo chegar a cinco. Ficou constatado também que ela atingia os entrevistados tanto quanto a soma das outras três revistas semanais.

À época (MRV), também foi divulgada uma pesquisa realizada pela LPM & Burke (Levantamento de Pesquisa e Marketing), sobre o perfil do leitor brasileiro sendo: 64% do sexo masculino, 42% da classe A, 30% classe B, 45% na faixa etária dos 20 aos 29 anos, 20% entre 30/39, 15% dos 15 aos 19 anos, 13% entre 40 e 49 anos e 7% acima dos cinquenta. A partir destas informações é que a *Veja* produzirá

seu enquadramento, sendo seu leitor: 63% das classes A e B, 74% com idade entre 15 e 39 anos, 51% do sexo masculino, com 80% de assinaturas e o restante de venda em bancas. Portanto, era a revista de maior prestígio entre as elites dos diversos setores de atividade, dos ditos “líderes de opinião”.

Se até o momento tentamos demonstrar a relevância de *Veja* no cenário midiático e político, agora, trataremos de obras que a tornam inteligível, destacando a premissa da influência dos meios de comunicação na esfera pública. Há, não obstante, dois conceitos caros a essa premissa, opinião e esfera públicas, no que tange à opinião pública, não há uma “verdade” única, ou não há nenhuma, apenas *doxa* e não *episteme*, pois sua formação dialética, misturando o público e o privado faz com que os juízos de valor muitas vezes se sobreponham aos juízos de fato. Teoricamente, esses juízos deveriam ocorrer no desdobramento do debate, onde a opinião pública pode-se fazer de forma racional e crítica, com subsídios para as atitudes dos atores envolvidos na ação. Estes deveriam manifestar suas individualidades em prol da coletividade, e não por ideologia do Estado ante uma sociedade civil neutralizada e despolitizada, ou ainda como resultante de uma intenção de grupos sociais hegemônicos (BOBBIO, 2004, p.842-844).

Já para Bourdieu (1997) esse debate não ocorre, a opinião pública não se estabelece de forma coerente e racional, pois, é influenciada pelos meios de comunicação de massa e pelo campo jornalístico, além de ser um bem de consumo e, como tal, é consumido desigualmente entre as classes e grupos sociais.

A perspectiva democrática a qual nos filiamos neste trabalho leva em consideração as aspirações dos cidadãos nos processos decisórios, prática pouco usual para a elite política tradicional, que preza pelo afastamento dos cidadãos em nome da racionalidade e da competência. Porém, a ampliação da participação não precisa se dar individualmente, ela pode ser alcançada pela união coletiva de interesses comuns, esses grupos fatalmente expressarão suas opiniões, que podem ser relevantes, mas que não podem ser consideradas opinião pública, somente por terem sido geradas coletivamente:

As decisões coletivizadas, como políticas, por serem soberanas e sancionáveis, representam um valor médio presente nesse coletivo e, se a minoria que ocupa os postos de efetiva tomada de decisão tiver acesso às posições coletivas para direcionar as decisões políticas, a arena política será ampliada, pois, apesar de poucos estarem à frente das decisões políticas, eles serão balizados pelas informações que recebem do conjunto da sociedade. Quando isso se aplica aos

temas de domínio público, o posicionamento conjunto dos integrantes da coletividade é chamado de Opinião Pública (CERVI, 2006, p.17).

A arena política de Cervi (2006) é homóloga à definição habermasiana (1984) de esfera pública, esta como uma arena onde a sociedade civil ⁷ age coletivamente no intuito de debater questões, discutir temas de interesse geral, formar opiniões que podem influenciar a agenda política. Esses debates públicos envolveriam certa homogeneidade de intenção, ou unidade cultural, na busca de consensos que possam influenciar as massas, acionando-as como um instrumento de legitimação do poder que se têm ou que se busca.

O funcionamento da esfera pública, exitoso ou não, restrito ou ampliado vai depender de uma estrutura democrática, pois, ao menos tendencialmente todos os integrantes da sociedade devem participar da formação do consenso, o alargamento da democracia possibilitaria a criação de espaços públicos e a expansão da cidadania. A partir disto, é que os estudos sobre mídia e democracia se fazem relevantes, pois os meios de comunicação de massa, ao mesmo tempo em que podem fazer parte da esfera pública, colaborando para a solução de problemas pertinentes a uma sociedade complexa, por estar inserida num campo de disputas, podem torná-la uma fraude na tentativa de substituí-la.

A relação entre mídia e público é dinâmica e interativa, Azevedo (2008) já nos alerta para a dificuldade da verificação empírica entre a influência exercida pelos meios de comunicação de massa e as atitudes políticas, a influência dos meios de comunicação é seletiva, dependente de opiniões preexistentes e das relações interpessoais dos receptores, enfim, não seguem uma relação causal e direta. Mas isso não diminui o “poder de agenda dos meios de comunicação de massa e seus efeitos a longo prazo no campo político” (Azevedo, 2008, p.2). Ao selecionar, delimitar e hierarquizar temas e acontecimentos, ou seja, ao formular sua agenda, a mídia produz ora enquadramentos favoráveis, ora desfavoráveis sobre determinados assuntos, construindo uma representação da realidade. Esses enquadramentos da mídia funcionam como padrões de cognição, interpretação, apresentação e seleção de assuntos e fazem parte de qualquer processo comunicativo.

A mídia determina sobre *o que* as pessoas devem pensar ou que questões vão mobilizar na opinião pública, ela organiza os fatos, que antes pareciam caóticos, dentro de um determinado esquema interpretativo orientado por certos valores, este é o conceito do *agenda-setting* ou agendamento da mídia (RUBIM & AZEVEDO, 2009).

⁷ Segundo Habermas sociedade civil se refere aos movimentos e organizações que surgem de forma espontânea e transferem as questões da esfera privada para a esfera pública.

Esse processo de seleção de notícias de acordo com Motta (2002) pode ser tanto objetivo, quanto subjetivo, fazendo com que o produtor da notícia tenha um papel essencial, e mais, quando a mídia trata com superficialidade e com pouca pluralidade de visões os fatos e os personagens, pode estabelecer e sustentar relações de dominação, atuando ora como um mediador entre a sociedade civil e o Estado, ora como um ator político.

3 As Lideranças Políticas

Uma importante premissa a nos direcionar é a de que a revista *Veja* é um relevante ator político no contexto da transição, e uma de suas características é a capacidade de delimitar o léxico do receptor, especialmente sobre as lideranças políticas do período, trabalhando um enquadramento diferenciado a cada uma delas, sempre em consonância com o seu projeto político que preza por uma solução conciliatória para o fim do regime militar, priorizando a ordem e mantendo o *status quo*, como ressaltamos acima.

O ator político no sentido weberiano, ou liderança política, é aquele que emprega racionalmente meios para atingir determinados fins, e o exercício de seu poder pode se dar pela construção de um discurso político, e não só pela coação ou sua possibilidade, construindo significados e orientando para a ação. Para Weber (1968), a liderança ou autoridade pode ser tradicional, carismática ou racional-legal, assim como deriva dessas fontes a legitimidade do ator em questão, estes são tipos ideais e, portanto, não há uma exclusão necessária entre eles. Uma liderança pode conter em si características presentes em cada tipo, sendo que: a liderança tradicional se faz pelas relações de sangue ou a partir de crenças religiosas ou metafísicas onde o líder recebe um chamado “transcendente”, uma missão; a liderança carismática pode ter sua autoridade, poder e legitimidade derivada das mesmas características, mas operam de forma generalizada e secularizada e não baseada em uma divindade transcendente, podem apresentar um carisma “rotineiro”, isto é, não é primordialmente baseado na inspiração, mas que pode se tornar institucionalizado e até burocratizado, como na liderança baseada na razão e na lei. A liderança carismática também pode ter uma “missão”, só que secular e o carisma que se rotina pode se ritualizar transformando-se em tradição.

O líder é aquele capaz de oferecer “concepções de mundo” ou regras válidas para a conduta na vida (WEBER, 1968, p. 44), podendo estar relacionada ao consentimento ou à tradição, ele é capaz de transmitir ou mesmo incutir valores, gerando uma atmosfera onde o líder é portador de um conhecimento superior aos demais. Ora, se a liderança se faz pela transmissão de razões, propostas de ação, ela precisa do discurso para chegar ao cidadão, súdito ou seguidor, é pela palavra e pela

simbologia ela carrega que se faz esse vínculo de aceitação. A esta reflexão podemos incorporar o clássico significado de política de Maquiavel (1976), sendo esta a relação entre fortuna - o imponderável - e *virtú* – a capacidade de adaptação em determinado contexto e que não subtraia a capacidade do líder em agir e se preservar no poder.

Portanto, para que a liderança se efetive, ela utiliza elementos presentes no imaginário social e político em um contexto, ou o que chamamos de cultura política que são certos padrões de comportamento e de valores que resistem ao longo dos anos (a menos que uma ruptura substancial ocorra), e que se referem a uma comunidade política e aos indivíduos que a compõem. É importante ressaltar que sua manutenção se deve ao fato de não ser estática, há sempre a incorporação dialética de novos elementos.

Souza & Lamounier (1990), descrevem a cultura política brasileira como de ordem *patrimonial*, nesta o Estado carregaria, durante o seu processo histórico constitutivo, algumas características fundamentais: autonomia frente à sociedade; caráter de apaziguamento e prevenção de conflitos, gerando a sua *internalização*, tornando mais confusa a distinção entre o público e o privado; e manutenção de grupos tradicionais de forma fisiológica. Diante deste cenário o que se verifica é o fortalecimento e satelização do Estado reforçando a manutenção do *status quo*, a abissal desigualdade social e a exclusão política das massas populares.

De alguma forma, a redemocratização brasileira reitera alguns desses elementos, pois se de um lado mudanças substantivas tenham ocorrido no que toca a consolidação da democracia e a participação popular, a possibilidade de uma transformação efetiva e radical “de baixo para cima” foi evitada, e ainda reforçada pela manutenção da elite política no poder.

O que se pode apreender é que “a mentalidade política dominante é conciliatória, pragmática, enfim, voltada para a prevenção de conflitos” (SOUZA & LAMOUNIER, 1990, p.85), prática constante desde o fim do pacto colonial. A redemocratização brasileira está ligada aos antecedentes históricos do regime político que vivenciava e à sua cultura política, suas tradições, comportamentos e atitudes, ultrapassando o pensamento racionalmente organizado, abrindo espaço para uma dose de passionalidade, que é manifestada no aparecimento de líderes carismáticos, tradicionais ou legalistas.

Desta forma, compreender a especificidade do processo de transição através da prática discursiva da revista *Veja* requer analisar as lideranças políticas, pois, entendemos que no curso da redemocratização houve uma relação dialética entre elas e a cultura política brasileira. E nesse contexto *Veja* se configura como um relevante ator político com características de uma liderança, pois sua “missão” secular de

transmitir um projeto político, carregado de valores e de propostas de ação, chega aos indivíduos pelo discurso, sua forma de ação política. Além disso, *Veja* possuía recursos econômicos e políticos para tanto, seja pela anuência e a certo momento “parceria” com setores do regime militar, ou por sua própria posição no cenário midiático.

OBJETIVOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Pretendemos demonstrar como um discurso político se move dentro do domínio de uma prática social (CHARAUDEAU, 2006), neste caso o discurso político-midiático expressado pela revista *Veja* entre 1974 e 1985. Para compreender a peculiaridade desta relação, partiremos de algumas premissas, a primeira delas é a de que o momento crítico chamado transição serve-nos como um painel para entendermos o projeto político idealizado inicialmente por Geisel e também o de *Veja*, e como eles se articulam através de elementos constituintes de nossa cultura política. A segunda premissa é a de que a revista *Veja* em determinados momentos pode ser caracterizada como uma liderança política, pois a ela é imputada a missão de expressar uma “visão de mundo”.

A metodologia a nos orientar será a mesma executada em Iniciação Científica, pois ficou manifesto que, pelo objetivo proposto, a mesma é adequada e viável. As principais sustentações metodológicas serão: o referencial teórico de Max Weber (2005) e o procedimento adotado em estudos de mídia, o *agenda-setting*, ou agendamento de mídia, e o enquadramento das notícias.

Como nosso objeto de estudo trata-se de uma fonte original – a revista *Veja* – sem tratamento analítico prévio, foi feita uma amostragem aleatória probabilística, sendo selecionadas dez edições a cada ano, 1974 a 1984, o período de transição entre o regime militar e a democracia, e quatro edições de 1985, pois delimitamos a pesquisa até março deste último ano, esta seleção, a mesma que deu base à realização da Iniciação Científica⁸, além do banco de dados⁹ fruto do mesmo trabalho, serão os materiais empíricos utilizados pelo pesquisador.

Dentre as edições selecionadas e o banco de dados (que conta com 153 entradas, ou itens classificatórios, que englobam editoriais e matérias) serão

⁸ Todas as referidas edições encontram-se disponíveis on-line no site da Editora Abril, onde é possível buscar por palavras-chave ou pelo número da edição.

⁹ A proposta do banco de dados é oferecer uma tipologia do discurso político-midiático de *Veja* acerca das seguintes palavras-chave: transição, redemocratização, liberalização, distensão; democracia; Ulysses Guimarães; Tancredo Neves; Diretas. A análise qualitativa e quantitativa faz parte da conclusão de trabalho de Iniciação Científica e seguiu a mesma metodologia exposta neste projeto.

pesquisadas as lideranças políticas, individuais ou coletivas, contidas nos seguintes grupos de análise¹⁰ (lembrando que o agrupamento é provisório e pode ser revisto no decorrer da pesquisa pela inclusão ou exclusão de lideranças):

- 1) Grupo de situação: José Sarney, Paulo Maluf e Aureliano Chaves.
- 2) Grupo de oposição: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Lula, Brizola e Franco Montoro.
- 3) Grupo militar: Ernesto Geisel, João Baptista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva.
- 4) Grupo mitigado: o empresariado, especialmente o paulista; o sindicalismo; e a Igreja Católica, dando especial atenção, às diferenças atribuídas à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e às CEB's (Comunidades Eclesiais de Base). Este grupo é talvez o mais difícil de categorizar, por não identificarmos *a priori* um posicionamento ideológico claro.

O objetivo desta pesquisa é compreender como a revista *Veja* aborda em seu discurso político-midiático as diferentes lideranças políticas da transição democrática (contidas nos grupos de análise acima), para tanto, criaremos três blocos metodológicos de referência:

- 1) bloco de criação das tipologias a serem atribuídas a cada liderança política, com material empírico bibliográfico;
- 2) bloco de visualização de cada liderança dentro do discurso político-midiático de *Veja*, com material empírico a revista *Veja*;
- 3) bloco comparativo entre os tipos-ideais das lideranças, as dimensões principais e secundárias analisadas no discurso político-midiático de *Veja* acerca de cada liderança, e o projeto político da revista, e contará com material empírico as próprias tipologias, o estudo do projeto e as bibliografias relacionadas.

No que tange ao primeiro bloco, nossa inspiração virá da teoria weberiana (2005), que procura na compreensão interpretativa, as causas, cursos e efeitos da ação social, este ponto é de extrema importância, pois, é através do tipo de ação empreendida pela liderança que poderemos classificá-las. A partir dessa referência trataremos o fenômeno “liderança política” sob três aspectos integrados: *ator* (a liderança *stricto sensu*, sua biografia individual ou a *virtú* de Maquiavel), *tempo* (eventos históricos marcantes, ou a fortuna) e *motivação* (sentido ou conjunto de estratégias políticas adotadas pelas lideranças).

¹⁰ O grupo de situação se refere àquelas lideranças que compunham o partido do governo militar; o de oposição se refere às lideranças que faziam oposição partidária ao governo; o militar se refere aos integrantes do núcleo político militar; o grupo mitigado apresenta duas características: não ter como unívoco o pertencimento a uma instituição partidária, e serem grupos da sociedade civil. Vale ressaltar que, obedecemos ao critério da trajetória e ideologia, mesmo que algumas dessas lideranças tenham passado para a oposição durante a transição.

Para que essa classificação faça sentido, precisamos determinar com algum grau de frequência a aproximação de um tipo médio ou ideal, na tentativa de representar a relação de dominação estabelecida, para tanto, aferiremos duas tipologias a cada liderança que está contida em determinado grupo de análise (situação, oposição, militar ou mitigado), a partir dos três aspectos acima citados ator-tempo-motivação. A primeira tipologia se refere aos meios políticos de gestão, com intuito de retribuição material, prestígio social ou idealismo político, e poderá ser Partidária, Popular ou Institucional; a segunda se refere à fonte da legitimidade da ação do líder, se Carismática, Legalista ou Tradicionalista (WEBER, 1968, p.57), portanto, cada liderança terá uma das três características da primeira tipologia e uma das três características da segunda tipologia.

O segundo bloco terá como objetivo compreender cada liderança política dentro do discurso político-midiático de *Veja*, nosso referencial serão as teorias sobre mídia e o procedimento será o seguinte: após a triagem de cada liderança na seleção das revistas e no banco de dados, transcreveremos o seu *corpus*, que é o texto integral, e não apenas frases. O *corpus* dará base à construção de um novo banco de dados, que terá como dimensões principais os itens 1, 2 e 3, a partir delas, categorias de análise serão heurísticamente criadas:

1- O espaço e a visibilidade dados: **a)** Lideranças do grupo de situação. **b)** Lideranças do grupo de oposição. **c)** Lideranças do grupo militar. **d)** Lideranças do grupo mitigado.

Em relação ao item **1**, categorizaremos as matérias de acordo com a relevância ou importância dadas pela revista, não propriamente o tamanho, mas espaço no sentido de o quanto se falou sobre a liderança política, ou o volume qualitativo; e visibilidade, como uma propriedade de torná-lo mais trabalhado e debatido, isto posto, as variáveis serão mensuradas em: amplo, médio e pequeno.

2- A valência atribuída às lideranças políticas:

a) Positiva **b)** Negativa **c)** Neutra **d)** Crítica

O item **2** seguirá a mesma lógica de categorização qualitativa: positiva quando a disposição da revista for favorável à liderança, negativa quando desfavorável, neutra quando há abstenção de opinião, e por fim, crítica quando a revista se propõe a uma apreciação mais detalhada. A qualificação das valências terá sempre como norte a hipótese de que a *Veja* ao abordar as lideranças políticas, posiciona-se e trata intencionalmente os discursos destes atores em conformidade com os aspectos valorativos do projeto político da própria revista e da Editora Abril, dando um enquadramento ideológico ao discurso de cada uma dessas lideranças.

3- Tipo de enquadramento¹¹:

- a) Restrito, quando uma única interpretação é colocada em evidência.
- b) Plural-fechado, quando mais interpretações surgem e são hierarquizadas segundo algum critério valorativo.
- c) Plural-aberto, quando mais interpretações surgem, mas não há uma hierarquização pré-determinada.
- d) Episódico, quando há a priorização da descrição e não da interpretação da notícia.
- e) Avaliativa, quando a mídia emite um juízo de valor.

As dimensões secundárias a serem analisadas lateralmente às dimensões principais – buscando a mesma coerência tipológica – serão:

4- O *corpus* especificamente político, sendo eles:

- a) Acontecimentos comentados – editoriais.
- b) Acontecimentos provocados – debates e entrevistas.
- c) Acontecimentos relatados – reportagens.

5- A enunciação, o que se pretende declarar em cada texto, ela será delimitada ao máximo de quatro linhas, e neste campo é que haverá um *hiperlink* para o acesso do texto transcrito na íntegra.

A análise das variáveis contidas no segundo bloco metodológico será feita de forma quantitativa, não se trata de “análise de conteúdo” como uma contagem da frequência de determinados termos, mas as porcentagens em cada item adquiriram no discurso. Pois, cabe ressaltar que grande parte dessa análise será feita a partir de um banco de dados construído a partir de critérios qualitativos, de acordo com a orientação dada pelo pesquisador, portanto, nossa pesquisa se insere dentro do escopo de uma “análise de discurso”.

O terceiro bloco será destinado ao “teste da hipótese”, pois compararemos as tipologias das lideranças políticas do 1º bloco, com as variáveis lideranças/discurso político-midiático do 2º bloco, e com o projeto político da revista *Veja*, buscando uma conexão entre eles não apenas uma sequência temporal, mas um devir histórico com significação e que nos mostre até onde possível, as relações de poder que estão subsumidas no discurso, suas rupturas e/ou continuidades.

RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados que obtivemos até o momento ainda estão esparsos, eles se referem somente a algumas das lideranças que selecionamos para a pesquisa, servindo como reflexões para uma sistematização futura.

¹¹ Metodologia utilizada pelo grupo de pesquisas NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política) em <http://www.pucsp.br/neamp/>

Inicialmente podemos dizer que o processo de distensão idealizado e executado por Geisel para ocorrer de forma “lenta, gradual e segura” é referendado no discurso político-midiático de *Veja*, especialmente para que ele ocorra por meio das eleições, mesmo quando discordam de alguma medida do governo, o nome de Geisel não é citado diretamente.

Desta forma, *Veja* vai enfatizar o fortalecimento da Arena como uma medida tomada por Geisel para, pelo consenso dirimir os conflitos presentes na sociedade, inclusive a crise econômica, prezando sempre pela manutenção da ordem. A partir de 1979 é possível identificar uma mudança de terminologia de seu discurso político-midiático, passou-se a usar mais o termo “abertura política” do que “distensão”, essa mudança pode ser atribuída ao próprio processo histórico, visto que em 1979 já havia sido criada a Frente Nacional de Redemocratização e Geisel tratava a distensão como um processo consolidado ou a um provável distanciamento de *Veja* em relação aos militares, pois há uma aproximação entre o discurso político-midiático e integrantes do MDB/PMDB, notadamente Tancredo Neves que é visto como um político virtuoso e conciliador, que vai conter a ala “autêntica” do MDB/PMDB, que está à frente do movimento pelas diretas e que pode retomar a união nacional.

A Igreja Católica é outro segmento da sociedade civil a ter destaque nas edições de *Veja*, sobretudo suas próprias contradições, em 1976 *Veja* traz um pronunciamento de apoio à distensão *geiseliana* feita por D. Avelar Brandão, arcebispo de Salvador e irmão do então senador da Arena, Teotônio Vilela; em 1978 é a vez de D. Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, dizer que a participação política deve coincidir com o que prega o Evangelho, de acordo com Skidmore (2004) D. Hélder Câmara surgiu como um líder dos “progressistas” que atacavam as políticas do governo, pois acreditavam que o sistema político vigente só aprofundava as injustiças sociais; de forma mais incisiva, em 1979, em entrevista a *Veja*, D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, diz ser contra a legalização do Partido Comunista e a transformação das CEB’s em células esquerdizantes; em 1980, D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza e ex-presidente da CNBB, profere críticas contumazes ao regime, chamando-o de pecaminoso, por manter a abissal injustiça social, chega a dizer que se o atual cenário permanecer inalterado, o governo pode perder as eleições nas cidades onde florescem as CEB’s, em seguida vem a resposta da CNBB sobre essas declarações: “não indicamos em quem as pessoas devem votar”; no mesmo ano, D. Avelar Brandão dirá que nosso compromisso é com a linha democrática popular, sem radicalismos; mais adiante, ao menos no discurso político-midiático da revista, houve uma amenização dos conflitos entre arcebispos e a CNBB,

devidos principalmente à adesão da Igreja na Campanha pelas Diretas e à eleição de Tancredo Neves.

Outro aspecto que identificamos é que o enquadramento empregado por *Veja* se aproxima das demandas do empresariado, como: aceleração da abertura política, instauração plena da democracia representativa e fim das medidas de exceção. Essa sintonia fina não está presente nos conteúdos sobre os movimentos sociais, nestes, observamos dois distintos posicionamentos do discurso político-midiático, no primeiro, sobre a Igreja Católica, há proximidade e concordância diante de seus apelos pela volta da democracia e esta relação se intensifica tão logo a Igreja por meio da CNBB tenta esfriar o ardor militante dos setores ligados à Teologia da Libertação e às CEB's. Extremamente distinta da relação com a Igreja, é a com o "sindicalismo autêntico", com Lula e com o PT, por conta do temor manifesto tanto pela revista quanto pelo empresariado de uma "esquerdização" e radicalização do debate.

Como já foi dito, formulamos uma hipótese para trabalho de Iniciação Científica, a de que a revista *Veja* formulava sua agenda em conformidade, tanto com as aspirações da sociedade civil, quanto com as medidas liberalizantes implementadas pelo governo militar, ao final da pesquisa conseguimos provar a sua validade, e desta decorre outra questão: a de que a revista *Veja* não é simplesmente um dos maiores e mais expressivos meios de comunicação da época, mas também um relevante ator político capaz de produzir intencionalmente uma agenda acerca da transição, mais especificamente, no que se refere às lideranças políticas da época ao eleger aliados e opositores, tratando-as de modo compatível aos aspectos ideológicos e valorativos do projeto político a qual se filia, e por meio do qual conduz sua existência.

Esta reflexão surgiu quando ao analisarmos o discurso político-midiático de *Veja* nos 12 anos de transição constamos um enquadramento diferenciado a cada ator político, ou a cada liderança política, individual ou coletiva, como, por exemplo, em relação Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e Lula; entre os sindicatos, a Igreja Católica e o empresariado; e também em relação aos partidos políticos existentes à época. Portanto, conduziremos a pesquisa a partir da hipótese que no discurso político-midiático da revista *Veja* há um enquadramento diferenciado a cada liderança política e a diretriz ou o sentido é dado por seu projeto político.

Um fato histórico, de acordo com o historiador Paul Veyne (1983), não pode ser entendido de forma isolada, na tentativa de alcançar este objetivo, trabalharemos de forma comparativa as lideranças políticas (de acordo com o posicionamento ideológico e a trajetória individual) e o projeto político de *Veja*, e como não poderíamos deixar de lado, o contexto histórico em que se realizam, pois, pela historicidade

presente nos documentos é possível “enxergar o que não é evidente” (Veyne, 1983, p.12.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCELO, Edison. *A Campanha das Diretas e a Democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2003.

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARDOSO, F.H., FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1970.

CERVI, Emerson Urizzi. *Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?* In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978*. Tese de dissertação de mestrado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*, São Paulo:Cia da Letras, 2003.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Ed. Forense e EDUSP, 1988.

LAMOUNIER, Bolívar. *O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LINZ, Juan J. & STEPAN, Alfred. *Transição e Consolidação da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MANIN, Bernard. *As Metamorfoses do Governo Representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº 29, ano 10, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

PORTO, Mauro P. *Muito além da informação. Mídia, cidadania e o dilema democrático*. São Paulo em Perspectiva. nº 12, ano 04, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. *Como é que se bloqueiam as transições para a democracia?* In: MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, Thomas. *De Castelo a Tancredo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Amaury de & LAMOUNIER, Bolívar. *A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira*. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré, 1990.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças. História e Sociologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa*. Lua Nova, nº. 55-56, 2002.

_____. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1968.

<http://blogdomino.blig.ig.com.br/2007/07/sobre-acm.html> acessado em 23/fev/2010